



## EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: O PAPEL DA INTERSETORIALIDADE NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

### EDUCATION, HEALTH AND SOCIAL ASSISTANCE: THE ROLE OF INTERSECTORALITY IN PROMOTING PUBLIC POLICIES

Karen Lili Fechner<sup>1</sup>  
Argos Gumbowsky<sup>2</sup>

#### RESUMO

No contexto das políticas públicas, a intersectorialidade envolve a cooperação entre diferentes órgãos governamentais, organizações da sociedade civil, e outros atores, a fim de promover uma abordagem integrada na resolução de problemas nas áreas, da saúde, educação e assistência social. O objetivo do estudo foi investigar os fatores que interferem na articulação do trabalho intersectorial entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social dos municípios do Planalto Norte Catarinense na implementação das políticas públicas. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental, campo, descritiva e qualiquantitativa. Foram pesquisados 13 municípios. A população foi representada por 75 gestores e executores das políticas sociais de saúde, educação e assistência social do Planalto Norte Catarinense. Ao longo da análise dos resultados, ficou evidente que a articulação entre as áreas de saúde, educação e assistência social é fundamental para promover um desenvolvimento regional mais sustentável e inclusivo.

**Palavras-chave:** desenvolvimento regional; intersectorialidade; Planalto Norte Catarinense.

#### ABSTRACT

In the context of public policies, intersectorality involves cooperation between different government agencies, civil society organizations, and other actors in order to promote an integrated approach to problem-solving in the areas of health, education, and social assistance. The objective of the study was to investigate the factors that interfere in the coordination of intersectoral work between the Departments of Education, Health,

<sup>1</sup>Universidade do Contestado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Canoinhas, Brasil. E-mail: karenlili75@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Canoinhas, Brasil. E-mail: [argosgum@gmail.com](mailto:argosgum@gmail.com)

and Social Assistance of the municipalities of the Northern Plateau of Santa Catarina in the implementation of public policies. The research is characterized as bibliographic, documentary, field, descriptive, and qualitative-quantitative. Thirteen municipalities were surveyed. The population was represented by 75 managers and executors of social policies in health, education, and social assistance in the Northern Plateau of Santa Catarina. Throughout the analysis of the results, it became clear that coordination between the areas of health, education, and social assistance is essential to promote more sustainable and inclusive regional development.

**Keywords:** regional development; intersectorality; Northern Plateau of Santa Catarina

**Resumo Expandido recebido em:** 07/03/2025

**Resumo Expandido aprovado em:** 07/03/2025

**Resumo Expandido publicado em:** 19/03/2025

Doi: <https://doi.org/10.24302/redes.v2ianais.5861>

## 1 INTERSETORIALIDADE

Os avanços tecnológicos e a globalização nas últimas décadas geraram conflitos e mudanças na sociedade. A intersectorialidade nas políticas públicas busca resolver esses conflitos, promovendo a articulação entre diferentes setores para garantir o bem-estar da população. É essencial romper com práticas fragmentadas e integrar saberes e experiências para alcançar resultados positivos. A intersectorialidade é uma estratégia que envolve a união de forças para enfrentar problemas sociais e demanda decisões institucionais e políticas. Ela visa uma gestão integrada que responda eficazmente aos desafios de determinado território. A aplicação desse conceito é crucial na esfera educacional.

## 2 INTERSETORIALIDADE E EDUCAÇÃO

Assegurar o direito à educação é fundamental para formar cidadãos críticos e capacitados. A legislação brasileira prevê o acesso à educação como um direito fundamental, com deveres tanto do Estado quanto da família. A intersectorialidade na educação é essencial para garantir qualidade e atender às necessidades dos diferentes públicos.

A intersetorialidade na educação é essencial para garantir uma educação de qualidade, envolvendo parcerias e ações integradas entre diferentes setores da sociedade. É fundamental investir na formação dos professores e na criação de espaços compartilhados para garantir o desenvolvimento integral dos indivíduos.

A integração intersetorial entre os setores de educação e saúde é essencial para potencializar ações e políticas de promoção da saúde, através da articulação de planos e relações horizontais e verticais. Essa colaboração busca otimizar recursos e promover soluções integradas para os desafios enfrentados pelas comunidades locais.

### **3 INTERSETORIALIDADE NA SAÚDE**

Como mencionado em tópicos anteriores neste estudo, a intersetorialidade é a articulação entre setores que envolve saberes e ações de diversos profissionais de áreas diferentes para a execução de serviços para a resolução de problemas de grupos de pessoas de um determinado território.

No setor de saúde, a intersetorialidade também tem seu histórico baseado no entendimento de que a saúde é um direito fundamental do indivíduo, portanto, estão garantidos por meios de leis que reafirmam os direitos dos indivíduos nas políticas públicas do Estado. No setor da saúde, a intersetorialidade se dá por meio da prática de seus profissionais e as instituições nas quais trabalham precisam oferecer as condições laborais necessárias aos profissionais e garantir os direitos dos cidadãos.

Na perspectiva de Comerlatto *et al.* (2007), a construção da intersetorialidade no setor de saúde se dá como um processo que envolve a articulação com outros setores possibilitando a descoberta de caminhos para a ação. De acordo com os autores, a intersetorialidade na saúde se constitui como um meio de intervenção na realidade social, estabelecendo um conjunto de relações, construindo uma rede.

A literatura sinaliza que o principal instrumento do processo de intersetorialidade em saúde é a atenção que se dá ao usuário, quando ajuda na promover a qualidade de vida na perspectiva de um processo educativo da saúde.

#### **4 INTERSETORIALIDADE EM ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Assim como acontece na área da saúde e na educação, a Política Nacional de Assistência Social, regulamentada pela Lei Federal n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social, assegura que as ações cotadas para esta área devem ser desenvolvidas de forma intersectorial, a fim de proporcionar que os usuários possam ser encaminhados, quando necessário, de maneira justa e com a certeza de que suas demandas serão atendidas, com status de cidadão. A história da intersectorialidade na área de assistência social relaciona-se com as leis que foram sendo implementadas ao longo dos tempos

#### **5 INTERSETORIALIDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

O desenvolvimento regional deve ser pensado de forma integral, com benefícios para toda a comunidade através de melhorias sociais, educacionais, de saúde e ambientais. A educação desempenha um papel fundamental nesse processo, capacitando indivíduos e impulsionando o progresso tecnológico e a eficácia na produção. O crescimento econômico depende do desenvolvimento tecnológico e do trabalho qualificado.

O desenvolvimento regional deve englobar aspectos além do econômico, como social, saúde, educação e meio ambiente. A educação é fundamental para o crescimento pessoal e econômico, capacitando indivíduos e impulsionando o desenvolvimento tecnológico. O trabalho qualificado é essencial para o crescimento econômico.

O desenvolvimento regional deve ser entendido como um processo de promoção da igualdade e liberdade, com foco na saúde e na integração de políticas públicas. A intersectorialidade é fundamental para fortalecer o SUS e minimizar a fragmentação das políticas sociais. É necessário promover a colaboração entre diferentes setores para alcançar resultados efetivos no desenvolvimento regional. A abordagem metodológica adotada deve garantir a robustez e validade dos resultados obtidos.

## 6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O Planalto Norte Catarinense é uma região localizada no estado de Santa Catarina, no Sul do Brasil, cujas características territoriais são peculiares ao restante do estado, sobretudo pela sua condição de riquezas naturais o que redundou num vasto empreendimento exploratório e dizimador de sua população originária. Ou seja, desde sua gênese é marcado por inúmeras contradições que marcaram sua composição. Segundo dados da Associação dos Municípios do Planalto Norte (Amplanorte, 2018), as atividades que são consideradas estratégicas neste território são: agricultura, pecuária e serviços relacionados: produção florestal, fabricação de produtos alimentícios, produtos derivados da madeira, celulose e papel, máquinas e equipamentos, de móveis e comércio varejista, ou seja, o extrativismo ainda marca a realidade socioeconômica desse território.

Tal condução política, a extrativista, contornou ao território no sentido de ter suas características demográficas espalhadas em centros urbanos, mas mantém características de sua constituição, que são longínquos bairros rurais, requerendo estratégias de alongamento e itinerância das políticas sociais. Fator que coloca a intersectorialidade como um exercício mais complexo de se realizar.

Esses dados, são resultados da sua história político-social, e encerram maior desafio as políticas sociais básicas, como Educação, Saúde e Assistência Social.

Composto por 13 municípios: Canoinhas, Mafra, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Campo Alegre, Três Barras, Monte Castelo, Papanduva, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, Itaiópolis e Porto União. Encerra em si um território.

Para alcançar o objetivo da pesquisa lançou-se mão de um olhar que considerasse a realidade social. Isso implicou em reconhecer a estrutura normativa do Estado e a constituição do território, o que requereu uma pesquisa bibliográfica e documental. Do ponto de vista dos objetivos da pesquisa classificou-se como exploratória e descritiva. Quanto à natureza dos dados, utilizou-se dos recursos da pesquisa quali-quantitativa. A definição dos sujeitos da pesquisa recaiu por profissionais que trabalham diretamente nas secretarias de educação, saúde e assistência social dos municípios do Planalto Norte Catarinense e respondem por cargo de chefia. O total de municípios pesquisados foi 13. A partir da população

identificada aplicou-se cálculo amostral considerando a população de 219 pessoas, com erro amostral de 9,2% e margem de erro de 95%, obtendo-se a amostra de 75 pesquisados. Quanto à pesquisa de campo, recorreu-se ao questionário com perguntas estruturadas e semiestruturadas.

## **7 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Uma política pública bem-sucedida geralmente envolve a participação ativa dos cidadãos e a transparência nas decisões, para que a população possa entender, questionar e colaborar no processo. Dessa forma, na pesquisa foi perguntado quais políticas públicas de âmbito municipal/estadual/federal são implementadas no município, por meio de ações intersectoriais, envolvendo a educação e/ou saúde e/ou assistência social. Identificou-se que alguns dos pesquisados sabem sobre o trabalho de cada setor, porém desconhecem o da intersectorialidade entre os setores. As respostas forneceram ideias adicionais sobre as políticas e programas específicos que estão sendo implementados. Por exemplo, mencionam-se estratégias como Estratégia da saúde da família, saneamento básico, Cadastro Único, Busca Ativa, rede de proteção e campanhas de vacinação, que indicam um foco em questões de saúde pública e bem-estar social. Além disso, programas como Programa de Combate à Evasão Escolar, Programa Psicossocial para Crianças e Adolescentes e Programa de Erradicação de Trabalho Infantil destacam a preocupação com a educação, proteção e desenvolvimento infantil. A diversidade de temas e iniciativas reflete a complexidade das questões enfrentadas pelas comunidades e a necessidade de soluções holísticas e colaborativas para abordá-las efetivamente. Foram inquiridos sobre os principais exemplos de colaboração e coordenação bem-sucedidas entre as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social do município de sua atuação, que resultaram na melhoria das políticas públicas e serviços disponibilizados à comunidade. Percebeu-se, nas respostas dos pesquisados eventos como reuniões, campanhas, programas e projetos já existentes e que são ações setoriais e palestras e capacitação de funcionários. No entanto, este outro fazer, que é a intersectorialidade, para sucesso nas políticas públicas, demanda a mudança de ideias dos agentes que são responsáveis por aplicar as políticas públicas e sociais. As respostas também

forneceram exemplos específicos de colaboração intersetorial, como projetos realizados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), programas como o Programa #Atuação, que envolve diversos setores da sociedade, e reuniões de rede para debate de casos e encaminhamentos de usuários para acesso aos serviços disponíveis em cada pasta. Além disso, mencionam-se parcerias para ações relacionadas ao público do Bolsa Família, programas como Busca Ativa Escolar e Programa Saúde na Escola, campanhas de prevenção realizadas nas escolas pela saúde, palestras de medidas socioeducativas realizadas com os alunos pela assistência social, entre outros. A eficácia da intersetorialidade depende da capacidade de coordenação e articulação entre as diferentes secretarias e órgãos governamentais. Isso inclui a definição de papéis claros, o estabelecimento de canais de comunicação eficientes e a construção de parcerias sólidas, a disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais também pode influenciar a capacidade das secretarias de implementar e coordenar ações interssetoriais. É importante ressaltar que a formulação e a implementação de políticas públicas podem ser complexas e demandam enfrentar desafios, como limitação de recursos, resistência política, pressão de grupos de interesse e mudanças nas circunstâncias sociais e econômicas. No entanto, quando bem planejadas, executadas e integradas, as políticas públicas têm o potencial de gerar impacto positivo na vida dos cidadãos e contribuir para o desenvolvimento de uma região. Para isso, faz-se necessária a intersetorialidade.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se que, quando o desenvolvimento regional exige o ir além do desenvolvimento setorial, é preciso uma abordagem maior de liderança dos protagonistas das políticas públicas sociais na área de saúde, assistência social e educação, o que ainda não está ocorrendo na região do Planalto Norte Catarinense.

Cabe destacar que a intersetorialidade pode ajudar a promover a formulação de políticas públicas regionais integradas que abordem as necessidades específicas da população local, alinhando estratégias educacionais, de saúde e assistenciais para promover o desenvolvimento regional.

Portanto, é necessário investir na capacitação dos profissionais envolvidos, bem como na disponibilização de recursos adequados para a implementação de programas e projetos conjuntos. Essa alocação equitativa de recursos contribuirá para fortalecer a cooperação intersectorial e garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo.

## REFÊRENCIAS

AMPLANORTE – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense. **Amplanorte em números**. Mafra: Amplanorte, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **8ª Conferência Nacional de Saúde**: Relatório final. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília: Senado Federal, 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programa-saude-na-escola>>. Acesso em: 17 fev. 2024.

COMERLATTO, Dunia; *et al.* Gestão de políticas públicas e intersectorialidade: diálogo e construções essenciais para os conselhos municipais. **Revista Katálysis**, v.10, n.2, p.265-271, 2007.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. Sobre o Conceito de Desenvolvimento Regional: Notas para debate. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, G&DR, ed. Especial, n. 7, p. 3-15, 2019.

COSTA, Dandara Cristina Nascimento da. **A Intersectorialidade na Política de Assistência Social**: Uma análise sobre a relação do PAIF com as demais políticas públicas no CRAS/Fercal. 2014, 64f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.



FECHNER, Karen Lili. **Intersectorialidade entre educação, saúde e assistência social**: limites e possibilidades nos municípios do Planalto Norte Catarinense. Orientador: Argos Gumbowsky. 2024. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional, Universidade do Contestado, Canoinhas, 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa. Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP. Alinea, 2001.